

Reunião em 14/11

CADE debateu orçamento de 2019. Representantes cobraram informações sobre o 13º dos estatutários

A partir dos relatos elaborados pelos representantes do “Chapão Sintunesp/Associações”, confira a seguir os principais itens da reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), realizada no dia 14/11/2018. As discussões sobre a peça orçamentária proposta para 2019 e as incertezas do 13º aos estatutários foram as mais polêmicas.

13º salário dos estatutários

A indefinição sobre o pagamento do 13º salário aos servidores estatutários foi bastante questionada pelos representantes. O Pró-Reitor de Planejamento Estratégico e Gestão e presidente do CADE, professor Leonardo Theodoro Büll, disse ter ficado “com a impressão” de que o pedido de recursos feito pela Unesp (R\$ 230 milhões) será atendido pelo governador Márcio França, embora não haja nenhuma manifestação oficial neste sentido. No entanto, ele prevê que deve vir não como suplementação, mas sim como um adiantamento (empréstimo) a ser amortizado em longo prazo.

Membros do Chapão solicitaram esclarecimentos sobre o total dos recursos em caixa (em bancos e aplicações). Em resposta, o Assessor-Chefe da Assessoria Especial de Planejamento Estratégico, Rogério Luiz Buccelli, disse que havia um montante de R\$ 164 milhões em caixa, mas que era insuficiente para quitar o 13º salário dos estatutários, estimado em R\$ 175 milhões (considerando a folha e os encargos). Ele frisou que este saldo financeiro será utilizado para cobrir uma parte da folha salarial de janeiro e férias, além de outros vários compromissos de início de ano (energia elétrica, água e telefonia) e despesas com contratos. Buccelli disse também que em 2019 precisaremos conversar novamente com o governo estadual, para pedir recursos ao 13º salário. “Caso o governador Márcio França atenda o pedido da Unesp deste ano, as necessidades futuras serão menores”, afirmou.

Orçamento 2019

A proposta de orçamento para 2019, elaborada pela comissão de Orçamento do CADE, presidida pelo professor Pasqual Barretti, foi exposta por Buccelli. Ele destacou que a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada pelo governador à Assembleia Legislativa, é otimista em relação ao crescimento do PIB (estimado em 2,7% no próximo ano) e também projeta aumento na arrecadação do ICMS. Mesmo assim, segundo Buccelli, a proposta orçamentária da

Unesp para 2019 é “cautelosa”, mantendo o custeio de 2018 (com algumas poucas exceções legais e para o aumento dos valores da alimentação no item Permanência Estudantil). A proposta prevê um valor em torno de R\$ 4,7 milhões de complementação para o custeio das unidades e uma reserva de contingência, ambos condicionados à concretização do aumento na arrecadação prevista para 2019.

Representantes dos servidores manifestaram-se sobre diversos tópicos da peça orçamentária:

Reserva de contingência – Foi questionado qual será a fonte de recursos para o valor orçado para este item (R\$ 25 milhões), lançado como receita própria. Buccelli ponderou que, “na verdade, não tem otimismo com relação a isso”, pois não há garantias de que a arrecadação do estado realmente cresça. Por esta razão, explicou, o valor foi lançado como reserva. Os representantes argumentaram que, concretamente, os números são otimistas e, portanto, era preciso lembrar do reajuste de 3% (pago somente na USP e na Unicamp em 2016), a defasagem do vale alimentação, o plano de saúde, o congelamento da carreira etc.

Vale alimentação – Foi questionado se não deveria ser orçado por seu valor real, que tem desconto de taxa de administração negativa de 2,7%, o que daria um orçamento de 92,4 milhões, liberando a diferença para ser alocada em outra área. Buccelli informou que, por se tratar de contrato, há a obrigatoriedade de orçar pelo valor total, no caso, R\$ 95 milhões.

Ao final das discussões, foram feitas quatro propostas de alteração na peça orçamentária de 2019. Destas, duas foram apresentadas por representantes do Chapão Sintunesp/Associações:

- Dos valores previstos para a reserva de contingência, caso se concretizem, destinar R\$ 9 milhões para subsídios ao Unesp Saúde (*na votação, a proposta foi reprovada por pequena margem de votos*);
- Dos valores previstos para a reserva de contingência, caso se concretizem, destinar R\$ 2 milhões para o custeio do



Plano de Carreira dos Servidores Técnicos e Administrativos (*aprovado*).

Representantes docentes fizeram duas propostas:

- Dos valores previstos para a reserva de contingência, caso se concretizem, destinar R\$ 1 milhão para o restaurante universitário da FCL/Araraquara (*aprovado*);
- Mencionar no texto introdutório da Proposta Orçamentária a expansão da Unesp ao longo dos últimos anos, pedindo prioridade para a consolidação dos novos cursos e para as unidades mais frágeis (*aprovado*).

Ainda dentro do debate sobre o orçamento, foram pedidos esclarecimentos sobre o significado de uma recente publicação no Diário Oficial do Estado, citando uma suplementação orçamentária de R\$ 40 milhões para a Unesp ainda em 2018. Buccelli afirmou que “não entrou dinheiro novo”, sendo apenas um ajuste formal.

Sobre o uso das receitas advindas do repasse de royalties de petróleo, o assessor de Planejamento Estratégico disse que, obrigatoriamente, são usadas para amenizar os efeitos da insuficiência financeira (diferença entre o que a Universidade arrecada em contribuições previdenciárias e o que efetivamente paga aos aposentados e pensionistas).

Estrutura da Reitoria

O professor Danilo Florentino Pereira (FCE/Tupã), presidente da CEAFA – Comissão de Estruturas e Funções Administrativas, expôs a “Proposta de estrutura para a Reitoria da Unesp e atribuições de suas unidades administrativas”. Ele destacou o trabalho realizado pelos membros anteriores da comissão, que produziram um relatório já apreciado pelo CADE. Segundo ele, este relatório foi o ponto de partida nos estudos que culminaram na proposta atual, que tem como objetivo uma “estrutura que traga ganho de eficiência e modernização administrativa da Reitoria”, devido às diversas alterações de funções e atividades ao longo dos anos, a necessidade de padronização e melhoria do organograma, descrição das atividades desempenhadas por cada uma das pró-reitorias, gabinete, assessorias, coordenadorias etc.

A proposta apresentada constou como “discussão geral” e deve voltar à pauta na reunião do CADE de dezembro.

Representantes dos servidores salientaram o papel importante e voluntário da CEAFA. Ponderaram que, se a ideia é ganhar em eficiência, é necessário debater também o subquadro, ou seja, a necessidade de pessoal.

Neste ponto, o presidente da CEAFA disse que há expectativa de grande número de aposentadorias em curto e médio prazos e que isso trará a necessidade de adequação. Ele também destacou o impacto dos sistemas de informações, que mudaram o caráter do trabalho dos servidores. O docente disse que a ideia é aprovar a estrutura, para depois fazer um estudo aprofundado das necessidades de pessoal, para então se pensar no subquadro. O professor Büll opinou que a discussão específica sobre o subquadro deve ser feita em comissão posteriormente criada para este fim.

Outros pontos

Transmissão das reuniões: O Prof. Büll informou, atendendo a pedido anterior de representantes técnico-administrativos no CADE, que a transmissão por TV das reuniões do colegiado teria custo de R\$ 90 mil por ano, sem contar o custo de pessoal. Desta forma, a intenção é continuar transmitindo somente as reuniões do CO.

Assédio moral: Também atendendo a reivindicação anterior de representantes dos servidores, o Prof. Büll falou sobre assédio moral na Universidade e disse que a PROPEG está propondo programa de combate.

Insalubridade: Sobre a revisão insalubridade, o presidente do CADE informou que em 30/10/2018, representantes da Unesp foram recebidos pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME); o órgão não autorizou a entrada de membros do Sintunesp na reunião. A avaliação é que houve êxito na sensibilização do DPME em referência à situação de alguns servidores. Ficou acordado que a Unesp seria priorizada na reanálise, especialmente de servidores lotados em hospital.

Enfermagem Botucatu: Representantes dos servidores questionaram o enquadramento de alguns servidores técnicos de enfermagem no HC de Botucatu. A Coordenadora de Gestão de Pessoas, Katia Aparecida Biazotti, informou que o estudo já começou a ser feito, que já se sabe o impacto financeiro que terá e que o assunto seguiu para análise financeira.

Terceirização: Foi cobrada também a realização de reuniões da Comissão de Terceirização, que ainda não iniciou seus trabalhos. Os representantes dos servidores solicitaram que a comissão faça atuar efetivamente para poder traçar um retrato real do assunto na Universidade. Eles lembraram que a terceirização consome valores expressivos do custeio das unidades, normalmente em razão de falta de servidores.

Comissões e resultados: Representantes dos servidores questionaram a existência de diversas comissões/grupos de Trabalho que não finalizam seus estudos, consumindo recursos da instituição e não chegando a lugar algum. Eles citaram como exemplo a Comissão Permanente de Ensino Médio e Técnico de Ensino Médio. Cobraram, também, o início das discussões do Grupo de Trabalho de Reestruturação do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos.

Capacitação: Foi solicitada à PROPEG uma política de capacitação dos servidores, mesmo que por videoconferência.

Segurança: Sobre a questão da segurança na Universidade, representantes dos servidores comentaram que muito se gasta com equipamentos, porém, não temos pessoal suficiente, o que resulta em sucateamento.